

**Renovapar S.A. -
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2021

Índice

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	13
4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
5. DESPESAS.....	14
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	15
8. EVENTO SUBSEQUENTE.....	16

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores expressos em Reais

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	100	100	Partes relacionadas	3	-	212.266
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4		
			Capital social		235.682	22.974
			Recursos para futuro aumento de capital		2.202	-
			Prejuízos acumulados		(237.784)	(235.140)
			Total do patrimônio líquido		100	(212.166)
TOTAL DOS ATIVOS	<u>100</u>	<u>100</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>100</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
DESPESAS			
Gerais e administrativas	5	(2.644)	(210.320)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(2.644)</u>	<u>(210.320)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído	4.3	(0,01)	(9,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em Reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(2.644)	(210.320)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.644)</u>	<u>(210.320)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	Capital social	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		22.974	-	(24.820)	(1.846)
Prejuízo do exercício		-	-	(210.320)	(210.320)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>22.974</u>	<u>-</u>	<u>(235.140)</u>	<u>(212.166)</u>
Aumento de Capital	4.2	212.266	-	-	212.266
Recursos para futuro aumento de capital	4.3	-	2.644	-	2.644
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	4.2 e 4.3	442	(442)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(2.644)	(2.644)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4	<u>235.682</u>	<u>2.202</u>	<u>(237.784)</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(2.644)	(210.320)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.644)</u>	<u>(210.320)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos para futuro aumento de capital	4.3	2.644	-
Partes relacionadas	3	-	210.320
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>2.644</u>	<u>210.320</u>
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100	100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		100	100
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renovapar S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada, organizada sob a forma de subsidiária integral da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Grupo Renova. Constituída em 4 de fevereiro de 2013, a Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias – São Paulo, que tem por objeto social a participação em outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta ou indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui participação societária (1 ação/ quota) nas seguintes empresas do Grupo Renova:

PCH	% participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Energética Serra da Prata S.A.	0,00000114%	0,00000114%
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	0,00000268%	0,0002779%
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	-	0,0000001%

Eólico	% participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	0,00000005%	0,00000006%
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	0,00000005%	0,00000006%
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	0,00000075%	0,00000085%
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	0,00000097%	0,00000103%
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	0,00000180%	0,00000195%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	0,00000081%	0,00000093%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	0,00000156%	0,00000183%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	0,00000087%	0,00000095%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	0,00000076%	0,00000082%
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	0,00000100%	0,00000129%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	0,00000071%	0,00000079%
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	0,00000075%	0,00000085%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial	0,00000093%	0,00000105%
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000144%	0,00000156%
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	0,00000086%	0,00000093%
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	0,00000077%	0,00000086%
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	0,00000102%	0,00000123%
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	0,00000124%	0,00000140%
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	0,00000110%	0,00000119%
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000080%	0,00000090%
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	0,00000096%	0,00000113%
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	0,00000102%	0,00000113%
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	0,00000107%	0,00000115%

- Continua -

- Continuação –

Eólico	% participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000088%	0,00000095%
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial	0,00000081%	0,00000092%
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	0,00000129%	0,00000151%
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	0,00001063%	0,00001323%
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	0,00000487%	0,00000517%
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	0,00003627%	0,00004585%
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	0,00002072%	0,00002562%
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	0,00000502%	0,00000576%
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	0,00000391%	0,00000425%
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	0,00001175%	0,00001452%
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	0,00000531%	0,00000606%
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	0,00001268%	0,00001555%
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	0,00000565%	0,00000703%
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	0,00000426%	0,00000522%
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	0,00000460%	0,00000555%
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	0,00000575%	0,00000667%
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	0,00001319%	0,00001515%
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	0,00001703%	0,00002167%
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	0,00002638%	0,00003181%
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	0,00000743%	0,00000867%
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	0,00000613%	0,00000768%
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	0,00000489%	0,00000514%
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	0,00000807%	0,00000960%
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	0,00000065%	0,00000077%
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	0,00002049%	0,00007097%
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial ¹	-	0,00309234%
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	0,00000041%	0,00000041%
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	0,00000616%	0,00000647%
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial ¹	-	0,00308710%
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial ¹	-	0,00008528%

UFV (Usina Fotovoltaica)	% participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial ¹	-	0,0001032%
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial ¹	-	0,0001132%

Holding	% participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Espra Holding S.A. ¹	-	0,055866%
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	0,000001%	0,000001%
CMNPAR Fifty Four Participações S.A. ¹	-	0,200000%
SF 120 Participações Societárias S.A.	0,000008%	0,000008%
SF 123 Participações Societárias S.A. ¹	-	0,166667%

Nota 1: empresas incorporadas pela controladora Renova Energia em 22 de novembro de 2021. Essas empresas foram extintas e sucedidas pela controladora Renova Energia em todos os seus ativos, passivos,

bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins.

1.1. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., no valor de R\$ 350.000;
- ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH,
- iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 8.2);
- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;
- v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Até a data de emissão desse relatório todos os 26 parques do Grupo Renova já estavam em operação comercial.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, as atas da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$2.644 (2020, R\$210.320), possui prejuízos acumulados de R\$237.784 (2020, R\$235.140) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos.

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção do seu parque eólico que gerará energia para atender ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em reais, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Transações com partes relacionadas (nota 3).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>
	<u>31/12/2020</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	
Renova Energia	212.266

Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Renova Energia na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$235.682 (2020, R\$22.974) e está dividido em 235.681 (2020, 22.974) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

4.2 Aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou dois aumentos de capital:

- a. Em 22 de março de 2021, aumento de capital no montante de R\$212.266, mediante a emissão de 212.266 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.
- b. Em 06 de maio de 2021, aumento de capital no montante de R\$442, mediante a emissão de 442 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

4.3 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$2.644, dos quais R\$442 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$2.202, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.4 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(2.644)	(210.320)
Prejuízo básico e diluído por ação		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis	<u>188.423</u>	<u>22.973</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,01)</u>	<u>(9,16)</u>

5. DESPESAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	2.024	-
Impostos e taxas ¹	<u>620</u>	<u>210.320</u>
Total	<u>2.644</u>	<u>210.320</u>

Nota 1: Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de impostos e taxas refere-se, principalmente a despesas com as custas do processo de Arbitragem.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir, sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(2.644)	(210.320)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(211.614)</u>	<u>(1.294)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(214.258)</u>	<u>(211.614)</u>

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	100	100	100	100
Passivos financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	-	212.266	-	212.266

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	100	-	100	-
Passivos Financeiros				
Não circulante				
Partes Relacionadas	-	-	-	212.266

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

8. EVENTO SUBSEQUENTE

8.1 Mudança da composição do controle da controladora Renova Energia

8.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Renova Energia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

8.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.165.861	52,53%	53.958.180	100,00%	83.124.041	75,93%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,75%	109.480.048	100,37%

¹ Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

8.2 Venda de ativos

8.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relaciona Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a controladora Renova Energia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

8.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES

GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

8.3 Cronograma de implantação

Em 16 de dezembro de 2022 a controladora Renova Energia informou que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

8.4 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

8.5 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

8.6 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.